



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDAÇÃO NORTE RIO GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA

**POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE
SOCIAL PARA O MUNICÍPIO DE NATAL**

PRODUTO 4

**PLANO DE MOBILIZAÇÃO E DIFUSÃO
DA POLÍTICA
E DO PLANO OPERATIVO**

NATAL / RN
Julho 2005



EQUIPE TÉCNICA

PESQUISADORES

Marcelo Bezerra de Melo Tinoco (Coord.)

Arquiteto Urbanista. Docente UFRN. Dr. em Estruturas Ambientais Urbanas

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha (Vice-Coord.)

Arquiteta Urbanista. Docente UFRN. Dra. em Estruturas Ambientais Urbanas

Maria do Livramento Miranda Clementino

Cientista Social. Docente UFRN. Dra. em Economia Urbana e Regional

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva

Arquiteto Urbanista. Docente UFRN. Ms. em Arquitetura e Urbanismo

ESTAGIÁRIAS

Emmanuela Campos Arimateia

Mariana Fialho Bonates

Arquitetas Urbanistas
Mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
PPGAU / UFRN

SUMÁRIO

PLANO DE MOBILIZAÇÃO E DIFUSÃO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PHIS) E DO PLANO OPERATIVO	04
INTRODUÇÃO	04
I PARTE - ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO E DIFUSÃO DA POLÍTICA E DO PLANO OPERATIVO	05
1.1 PRINCÍPIOS: UM NOVO MODO DE FAZER	05
1.1.1 FORMULAÇÃO / IMPLEMENTAÇÃO DA PHIS	05
1.1.2 IMPLEMENTAÇÃO DA PHIS POR PARTE DA PREFEITURA	05
1.2 A METODOLOGIA PROPOSTA	06
1.2.1 ÂMBITO DA PREFEITURA	07
1.2.2 FASE PÚBLICA	08
1.2.3 FASE DE AJUSTES	09
1.2.4 FASE LEGISLATIVA	09
1.2.5 FASE DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	09
II PARTE - INSTÂNCIAS E INSTRUMENTOS DE DISCUSSÃO PÚBLICA DA PHIS	12
2.1 OFICINAS E AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	12
2.2 BASE TERRITORIAL DE REFERÊNCIA DA PHIS	13

PLANO DE MOBILIZAÇÃO E DIFUSÃO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DO PLANO OPERATIVO

INTRODUÇÃO

A diretriz geral de uma gestão pública democrática, exposta nas intenções de instituir canais de participação popular nas decisões governamentais dará margens a entendimentos entre o governo e a sociedade civil.

No Brasil, o momento político exige definições claras acerca da relação Estado- Sociedade. Há necessidade de uma ação descentralizada das instâncias de poder e de criação de instâncias de relação direta com a sociedade como alternativa democrática à instância municipal.

Ao descentralizar suas ações criando canais de ação direta do governo junto à população, passa o município a interessar o povo por esses problemas, no caso específico, àqueles ligados a Habitação de Interesse Social. Tal fato requer uma mudança de mentalidade não só dos agentes públicos na forma de se relacionar com o cidadão em geral, mas do próprio cidadão, para ele se sentir como tal, exercendo controle sobre o Estado. O cidadão deve perceber que o Estado é para servi-lo e não o contrário. É ele quem deve dirigir o Estado, quem deve determinar a forma como Estado se relaciona com a sociedade.

Nesse sentido, a participação como premissa norteadora da implementação da Política Habitacional de Interesse Social no município de Natal teria como principal virtude a democratização das ações do governo municipal em razão de maior proximidade do poder público com os cidadãos, possibilitando o controle e a participação efetiva da sociedade nas ações de governo.

Protagonizar a implementação da PHIS de forma participativa é o intento do presente Plano, cuja apresentação se faz em duas partes: a) a primeira, na qual se inserem os aspectos conceituais e metodológicos do Plano de Mobilização e Difusão da Política e do Plano Operativo; b) a segunda parte, composta pelas instâncias e instrumentos de discussão pública, expressos pelos conteúdos das reuniões e oficinas realizadas na fase de formulação da PHIS e pelos mapas que representam a base territorial de referência da PHIS.

I PARTE - ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO E DIFUSÃO DA POLÍTICA E DO PLANO OPERATIVO

1.1 PRINCÍPIOS: UM NOVO MODO DE FAZER

Para democratizar a ação pública é preciso tomar iniciativas e envolver os diversos segmentos sociais no processo de formulação e implementação das políticas. Em termos metodológicos, o processo de implementação da PHIS no município de Natal poderá se desenvolver a partir de quatro fases:

1.1.1 FORMULAÇÃO / IMPLEMENTAÇÃO DA PHIS

Esta fase corresponde à ação dos técnicos da prefeitura e de seus consultores, abrangendo três níveis principais de discussão pública da PHIS:

- a. Fase Interna: Realização de Oficinas e ações de capacitação no âmbito da equipe técnica da prefeitura mais diretamente envolvida com elaboração da PHIS. Na segunda parte deste documento estão relacionados os conteúdos das oficinas e ações de capacitação realizadas no processo de elaboração da Política;
- b. Fase Pública: Realização de Reuniões e Oficinas junto aos gestores vinculados em algum nível à PHIS;
- c. Fase Pública Ampliada: Realização de Audiência Pública envolvendo gestores e demais segmentos da sociedade identificados em algum nível com a PHIS.

1.1.2 IMPLEMENTAÇÃO DA PHIS POR PARTE DA PREFEITURA

Objetiva-se que a prefeitura garanta maior proximidade do cidadão aos serviços e obras municipais no que diz respeito à decisão sobre os mesmos e seu usufruto e descentraliza suas decisões sobre recursos e investimentos na

área habitacional. Quanto à participação popular a preocupação é a de permitir aos cidadãos a participação na tomada de decisões, implementação, acompanhamento, controle e avaliação de políticas públicas, criando mecanismos de participação formal da população nas definições dos rumos e prioridades da ação executiva e no monitoramento da sua realização. Para tanto, foram previstas as seguintes fases e atividades:

- a) Uma fase interna, na qual o prefeito e os secretários diretamente ligados à implementação da política habitacional – SEMTHAS / SEMURB / SEMOV / SEMPLA - detalham as metas e definem o Plano Operativo;
- b) Uma fase pública, na qual o prefeito, secretários e a equipe de governo discutem o PHIS com os segmentos sociais diretamente envolvidos com a política habitacional;
- c) Uma fase pública com os segmentos sociais ampliados (gestores e demais segmentos da sociedade);
- d) Uma fase de ajuste, na qual o prefeito, secretários e equipes técnicas encaminham o detalhamento das metas e o Plano Operativo ao CONHABIN;
- e) Uma fase legislativa, em que os projetos de lei de sustentação da PHIS tramitam e são negociados na Câmara Municipal;
- f) Uma fase de monitoramento da implementação da PHIS e avaliação na qual, tanto as secretarias e CONHABIN quanto os diversos segmentos sociais acompanham o processo de implementação da política e avaliam o seu alcance.

1.2 A METODOLOGIA PROPOSTA

O processo de implementação das ações se pautam pelos seguintes procedimentos:

- a) Definição de prioridades para implementação da PHIS:

- Definição de coordenação e cronograma de trabalho;

- Distribuição de responsabilidades: definição de agenda de compromissos entre secretarias;

- Dimensionamento financeiro anual;

- Eleição de projetos prioritários.

b) Definição de proposta de ação elaborada junto com a comunidade:

- Designação e treinamento dos agentes de relação com a comunidade;

- Discussão pública da PHIS e definição de outros meios de aferição de aspirações;

- Sistematização da discussão pública.

c) Processo de implementação da PHIS integrando o Plano Operativo à participação da comunidade:

- Montagem de um sistema de acompanhamento interno através das Câmaras Técnicas do CONHABIN;

- Montagem dos canais de participação da população para fiscalização e acompanhamento, além do CONHABIN e das suas Câmaras Técnicas.

No âmbito desses procedimentos, são sugeridas a realização das seguintes atividades:

1.2.1 ÂMBITO DA PREFEITURA:

a) Oficinas e ações de capacitação correspondentes ao processo de elaboração da PHIS;

b) Sensibilização para difundir a “ idéia guia”. Deverá ser organizado pela SEMTHAS tendo como público meta o prefeito, a vice prefeita, e a equipe de governo sendo imprescindível a presença das secretarias diretamente

envolvidas com a política habitacional. Terá como objetivo definir o processo de implementação da PHIS;

c) Dimensionamento financeiro, correspondente ao estudo prospectivo das possibilidades reais de gastos com a PHIS;

d) Treinamento de agentes. Terá como público meta componentes das secretarias envolvidas e membros do CONHABIN, visando discutir proposta de acompanhamento e controle das ações ligadas à PHIS;

d) Revisão do Plano Operativo, que será realizado ano a ano por grupo de trabalho coordenado pela SEMTHAS;

e) Seminário de Consolidação para socialização e priorização do conteúdo do Plano Operativo Anual; estabelecimento de mecanismos internos de acompanhamento e gestão; atribuição de responsabilidades.

1.2.2 FASE PÚBLICA

a) Sensibilização dos diferentes segmentos sociais na cidade: Deve ser feita através de um projeto de mídia. Trata-se de uma campanha informativa ao grande público e material de divulgação e mobilização para o trabalho direto com a população. Para o grande público sugere-se cartazes que poderiam ser distribuídos nos diversos órgãos da prefeitura, afixados em ônibus urbanos, nos Conselhos Comunitários, escolas públicas, postos de saúde, supermercados e shoppings da cidade, etc. Poderão também ser confeccionados outdoors e espalhados pela cidade. Na medida do possíveis peças publicitárias poderiam ser veiculadas em TVs, rádio e jornais. Para o trabalho direto com a população sugere-se a elaboração de um vídeo de 10 minutos aproximadamente de modo a monitorar as reuniões de bairro. As reuniões de bairro deverão ser divulgadas mediante calendário;

- b) Discussões públicas da PHIS nos bairros: As reuniões de bairros podem ser agrupadas conforme as Áreas de Expansão Demográfica (AED) que embasam a Política, de modo a facilitar a visualização das informações com a seguinte pauta: a cidade e suas necessidades habitacionais; as áreas de interesse social; a PHIS. A base territorial de referência da PHIS expressa em 29 mapas está inserida na segunda parte deste documento;
- c) Apresentação e discussão da PHIS em fóruns de referência (IAB, OAB, Conselho da Cidade, Ministério Público, entre outros);
- d) Audiências públicas regionalizadas.

1.2.3 FASE DE AJUSTES

Sistematização da discussão pública. (Prefeitura / CONHABIN - Câmaras Técnicas) com definição das Ações Prioritárias

1. 2.4 FASE LEGISLATIVA

Uma fase legislativa, em que os projetos de lei de sustentação da PHIS negociados pela Prefeitura com a sociedade e apresentados à Câmara Municipal são analisados e votados. Essa fase pressupõe o trabalho sistemático de esclarecimento de todos os segmentos envolvidos, sobretudo os parlamentares, acerca da PHIS. Nessa instância propõe-se a instalação da assessoria técnica aos parlamentares, por parte do corpo técnico da prefeitura e a realização de fóruns populares (tribunas livres) na Câmara Municipal, para difusão e esclarecimento das propostas aos diversos segmentos sociais.

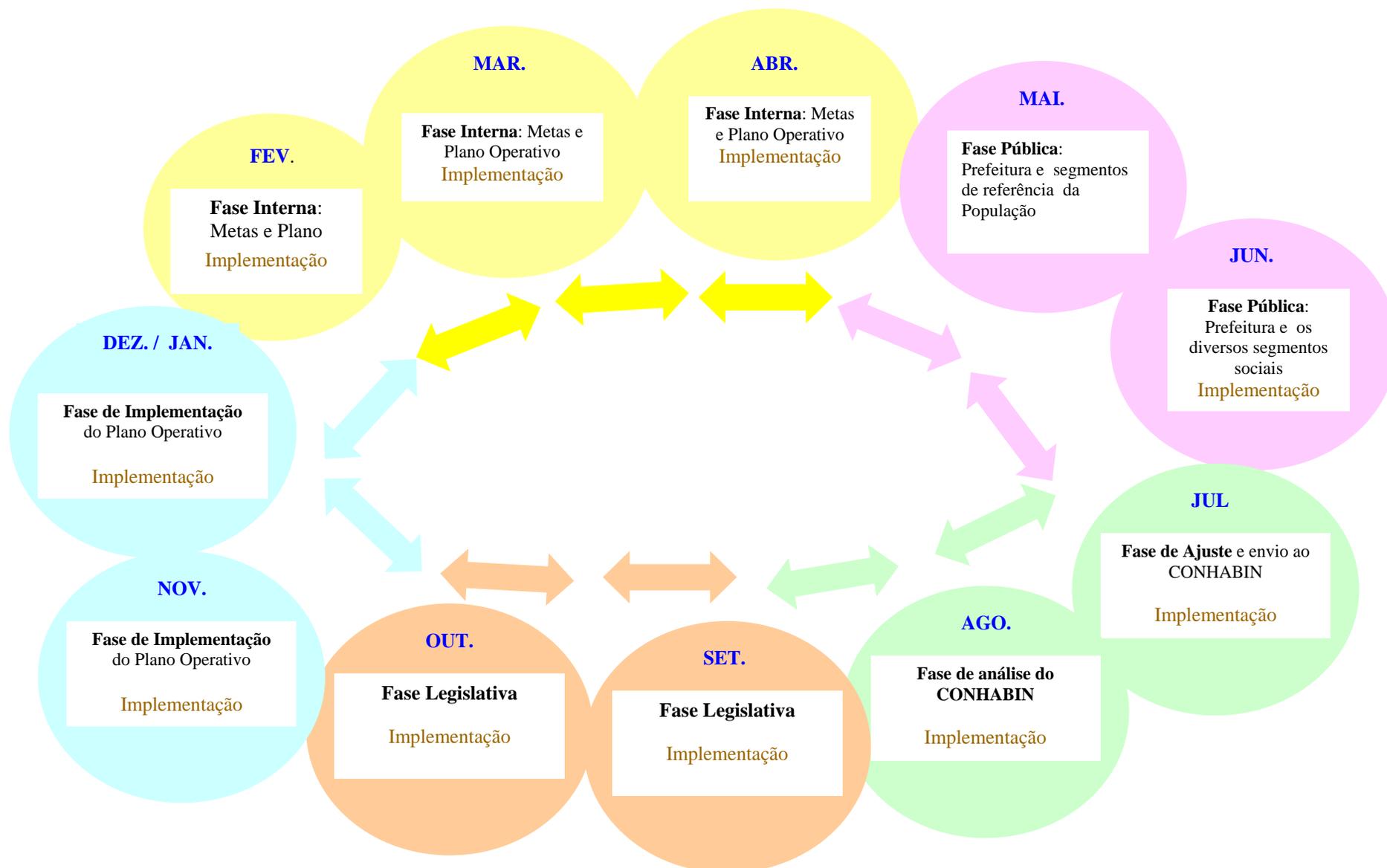
2.5. FASE DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO:

Os resultados da PHIS deverão ser acompanhados pelos diferentes segmentos sociais, quer seja através dos canais formais de participação (CONHABIN), quer seja através das audiências públicas nos bairros ou região

da cidade de forma integrada às atividades das secretarias afins, a exemplo do Bairro Cidadão, Orçamento Participativo, Plano Diretor Participativo, Conferências da Cidade, entre outros. Propõe-se ainda que se disponibilize na Internet (página oficial da prefeitura) os dados relativos à implementação da PHIS. Para tanto, a equipe da Prefeitura Municipal de Natal deve elaborar o Plano de Avaliação Contínua da Política, abrangendo todas as fases da implementação.

Ressalta-se ainda que o processo de implementação da PHIS é visto a partir de uma visão dinâmica, na qual a operacionalização das diferentes fases ocorre com interação mútua e trabalho contínuo de avaliação e monitoramento. Os projetos e demais ações em andamento durante a formulação da Política, integram as ações de aplicação desta Política. (Figura 01)

FIGURA 01
PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA PHIS



II PARTE - INSTÂNCIAS E INSTRUMENTOS DE DISCUSSÃO PÚBLICA DA PHIS

A segunda parte do Plano de Mobilização e Difusão da Política e do Plano Operativo é composta pelo conteúdo das oficinas e ações de capacitação realizadas entre junho de 2004 e junho de 2005 e pelos mapas que configuram a base territorial na qual se fundamenta a PHIS e o seu processo de discussão pública.

2.1 OFICINAS E AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Conforme visto anteriormente, no processo de formulação e implementação da PHIS foram previstas três fases de discussão: a) Fase interna; b) Fase pública (em dois níveis); c) Fase de ajustes; d) Fase legislativa; e) Fase de monitoramento da implementação da PHIS e avaliação.

A fase interna correspondeu à ação dos técnicos da prefeitura e de seus consultores, sendo as Oficinas e as Ações de Capacitação as instâncias utilizadas para discussão e construção coletiva da Política, a partir desses segmentos. Assim, foram realizadas as seguintes Oficinas:

- Oficina 01 – 13 de Julho de 2004:
Tema: Diagnóstico da Situação Habitacional do Município de Natal;

- Oficina 02 – 21 de Novembro de 2004:
Tema: Concepções e Diretrizes da Política / Revisão do Conceito e Delimitação das AEIS;

- Oficina 03 – 01 de Março de 2005:
Tema: Concepções e Diretrizes / Modelo de Gestão (Trabalho exclusivo com a equipe da SEMTAS);

- Oficina 04 – 10 de Março 2005:

Tema: Concepções e Diretrizes / Modelo de Gestão (Participação da SEMTAS e outros setores governamentais estratégicos na área da habitação de interesse social: Caixa Econômica Federal, Gerência Regional do Patrimônio da União, Secretaria Estadual de Habitação).

- Oficina 05 - 17 de Março 2005.

Tema: Modelos de Gestão / Atribuições e Fluxos (Participação da SEMTAS e outros setores estratégicos governamentais estratégicos na área da habitação de interesse social: Caixa Econômica Federal, Gerência Regional do Patrimônio da União, Secretaria Estadual de Habitação)

- Audiência Pública – 15 de Junho de 2005.

TEMA: Proposta geral da PHIS

2.2 BASE TERRITORIAL DE REFERÊNCIA DA PHIS

A base territorial de referência para discussão da PHIS é a mesma que norteia toda a construção metodológica de definição e espacialização dos assentamentos precários, inclusive das Áreas Especiais de Interesse Social. Conforme visto no Produto 2, em Natal, as AEDS correspondem, em sua grande maioria, aos bairros de Natal. (Quadro 01)

Quadro 1: Áreas de Expansão Demográfica do Município de Natal

Código AED	Descrição das AEDs
2408102999001	Potengi
2408102999002	Igápo- Salinas
2408102999003	Nossa Sra.da Apresentação
2408102999004	Lagoa Azul
2408102999005	Pajuçará- Redinha
2408102999006	Lagoa Nova- Nova Descoberta
2408102999007	Parque das Dunas- Capim Macio
2408102999008	Ponta Negra
2408102999009	Neópolis
2408102999010	Pitimbú
2408102999011	Candelária
2408102999012	Cidade Alta, Ribeira e Rocas
2408102999013	Santos Reis- Praia do Meio- Areia preta- Mãe Luiza
2408102999014	Petropolis- Tirol
2408102999015	Barro Vermelho- Lagoa Seca-Alecrim
2408102999016	Cidade da Esperança
2408102999017	Cidade Nova- Guarapes-Planalto
2408102999018	Felipe Camarão
2408102999019	Bom Pastor
2408102999020	Nordeste-Quintas
2408102999021	Dix-Sept Rosado- Nazaré

Fonte: Censo Demográfico, 2000.

Nessa perspectiva foram elaborados vinte e nove (29) mapas, que abrangem três grupos de representações:

1ª Representação: Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS)

Na prancha 01, apresenta-se a delimitação das Áreas Especiais de Interesse Social expressas pelas Favelas, Concentração de Vilas, AEIS Regulamentadas e AEIS com limites estabelecidos;

2ª Representação: Mapa Social e AEIS

Nas pranchas 02 a 15, apresenta-se a delimitação das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), tendo como base o Mapa Social, que expressa a população predominante com salário até 3 SM;

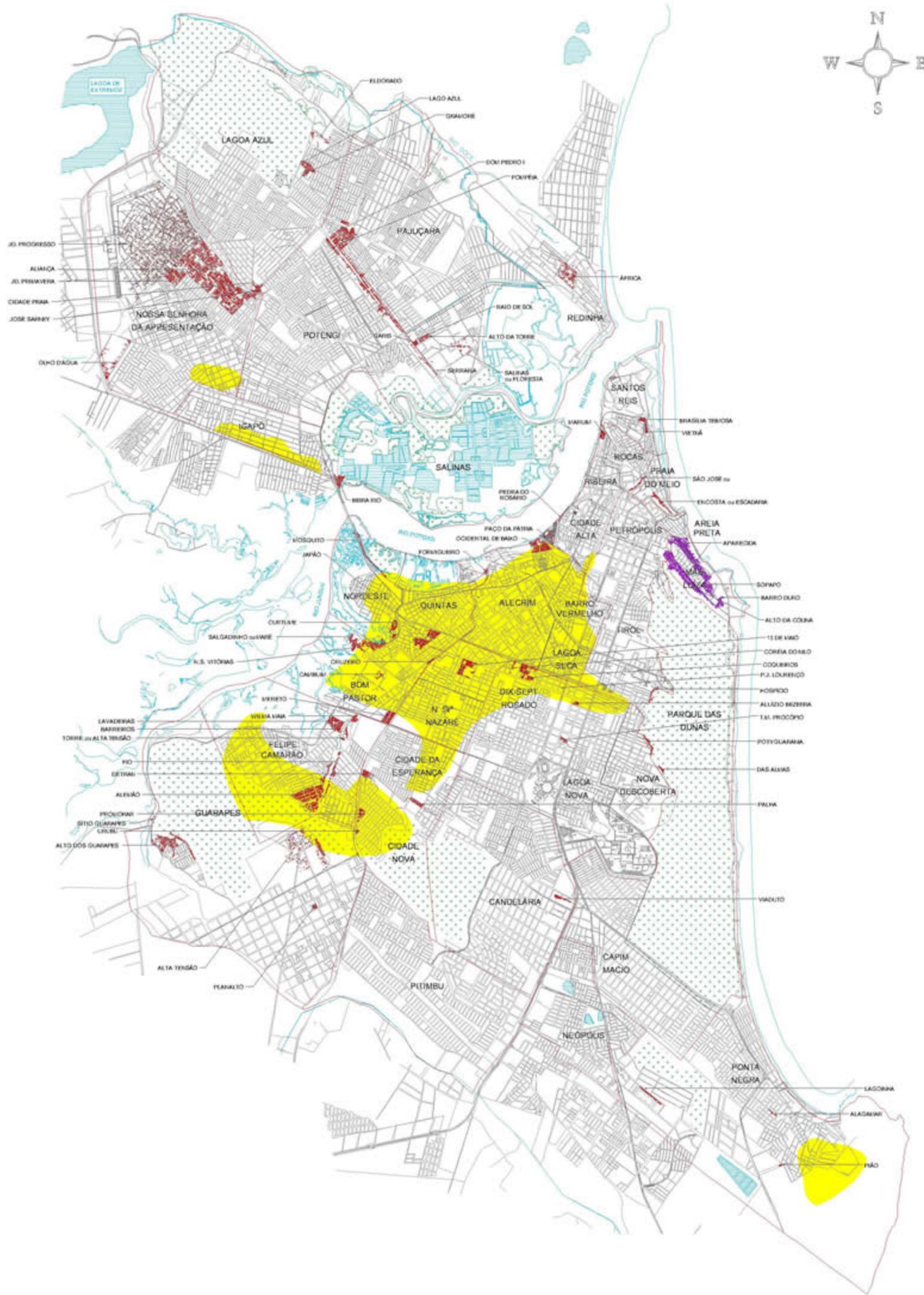
2ª Representação: Problemas Integrados ou Transversalidades

Nas pranchas 16 a 29, apresenta-se a delimitação das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) por AED, tendo como base o Mapa Social, além das Áreas de Risco situadas em: a) Áreas de proteção ambiental; b) Faixas de domínio da linha de alta tensão; c) Faixa de domínio da linha férrea; d) Faixa de domínio do Patrimônio da União (faixa limite). Verifica-se assim que em cada AED foram destacados o Mapa Social, as AEIS e as Áreas de Risco, configurando o conjunto dos problemas integrados ou as transversalidades.

A seguir estão inseridos os mapas correspondentes às pranchas 01 a 29.

OFICINAS E AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

BASE TERRITORIAL DE REFERÊNCIA DA PHIS



ESCALA GRÁFICA
 0 500 m 1000 m 2000 m
AEIS DO MUNICÍPIO DE NATAL
 ESCALA 1/750.000 Fonte: PMN/SEMTAS, 2004.

- LEGENDA - CLASSIFICAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS:**
- FAVELAS
 - CONCENTRAÇÃO DE VILAS
 - AEIS REGULAMENTADA
 - AEIS COM LIMITES ESTABELECIDOS

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
UFRN/FUNPEC

POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL **01/29**
 ESCALA: 1/750.000 DESENHO: AEIS DO MUNICÍPIO DE NATAL
 DATA: JUL/2005



MIS - PREDOMINÂNCIA DE RENDA ATÉ 3 S.M.

MIS - MANCHA DE INTERESSE SOCIAL DO NATAL

ESCALA 1/200.000

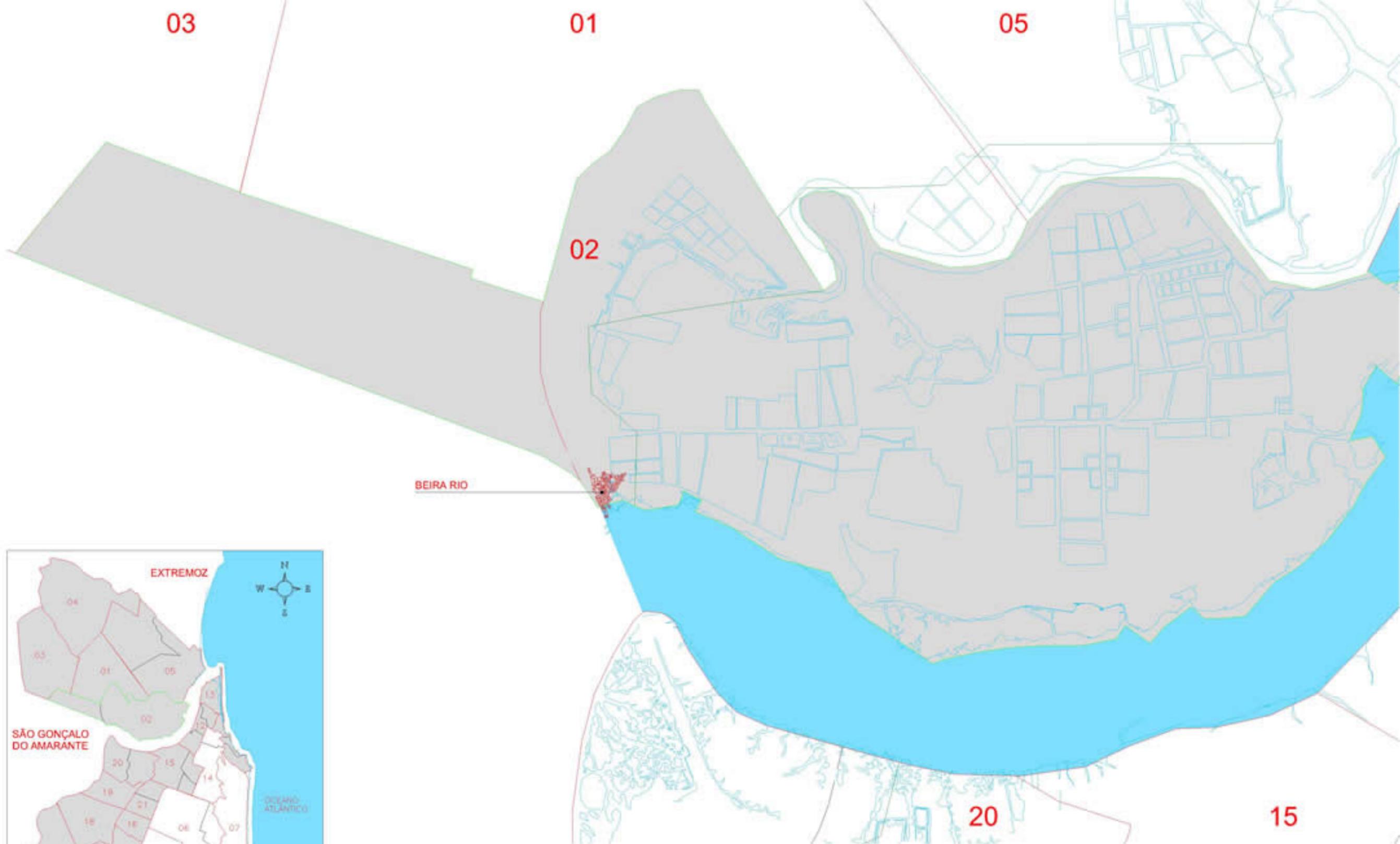
- LEGENDA - ZONA NORTE
- AED 01 (POTENGI)
 - LIMITE DAS AEDS
 - HABITAÇÕES * SUBNORMAIS * - PEMAS/ 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
 SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UFRN/FUNPEC

POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL **02/29**

ESCALA: 1/20.000
 1/200.000
 DATA: JUL/2005

DESENHO:
 PLANTA DE SITUAÇÃO DAS AEDS - AED 01
 MIS-MANCHA DE INTERESSE SOCIAL NATAL



LEGENDA - ZONA NORTE

	AED 02 (IGAPÓ E SALINAS)
	LIMITE DAS AEDS
	HABITAÇÕES * SUBNORMAIS * - PEMAS/ 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SE
UFRN/FUNPEC

POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ESCALA: 1/20.000	DESENHO: PLANTA DE SITUAÇÃO DAS AEDS - AED
1/200.000	MIS-MANCHA DE INTERESSE SOCIAL N
DATA: JUL/2005	

MIS - MANCHA DE INTERESSE SOCIAL DO NATAL

ESCALA: 1/200.000



MIS - MANCHA DE INTERESSE SOCIAL DO NATAL

ESCALA 1/200.000

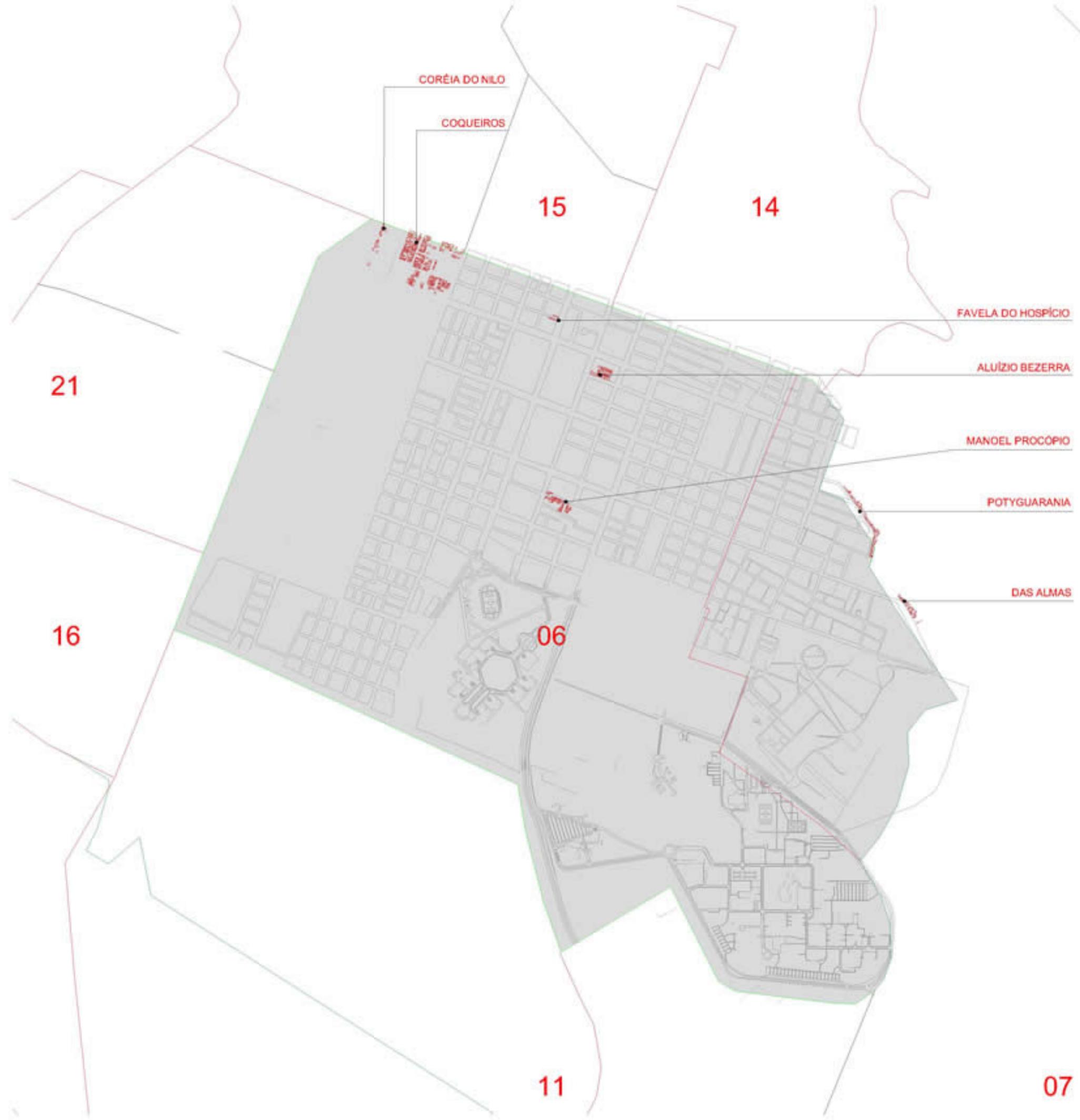
- LEGENDA - ZONA NORTE
- AED 05 (PAJUÇARA E REDINHA)
 - LIMITE DAS AEDS
 - HABITAÇÕES * SUBNORMAIS * - PEMAS/ 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
 SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UFRN/FUNPEC

POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL **06/29**

ESCALA: 1/20.000
 1/200.000
 DATA: JUL/2005

DESENHO:
 PLANTA DE SITUAÇÃO DAS AEDS - AED 05
 MIS-MANCHA DE INTERESSE SOCIAL NATAL



MIS - PREDOMINÂNCIA DE RENDA ATÉ 3 S.M.

MIS - MANCHA DE INTERESSE SOCIAL DO NATAL

ESCALA 1/200.000

LEGENDA - ZONA SUL

AED 06 (LAGOA NOVA / NOVA DESCOBERTA)

LIMITE DAS AEDS

HABITAÇÕES * SUBNORMAIS * - PEMAS/ 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
UFRN/FUNPEC

POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL **07/**
29

ESCALA: 1/20.000
DESENHO: PLANTA DE SITUAÇÃO DAS AEIS-AED 06
1/200.000 MIS-MANCHA DE INTERESSE SOCIAL NATAL
DATA: JUL/2005



MIS - MANCHA DE INTERESSE SOCIAL DO NATAL

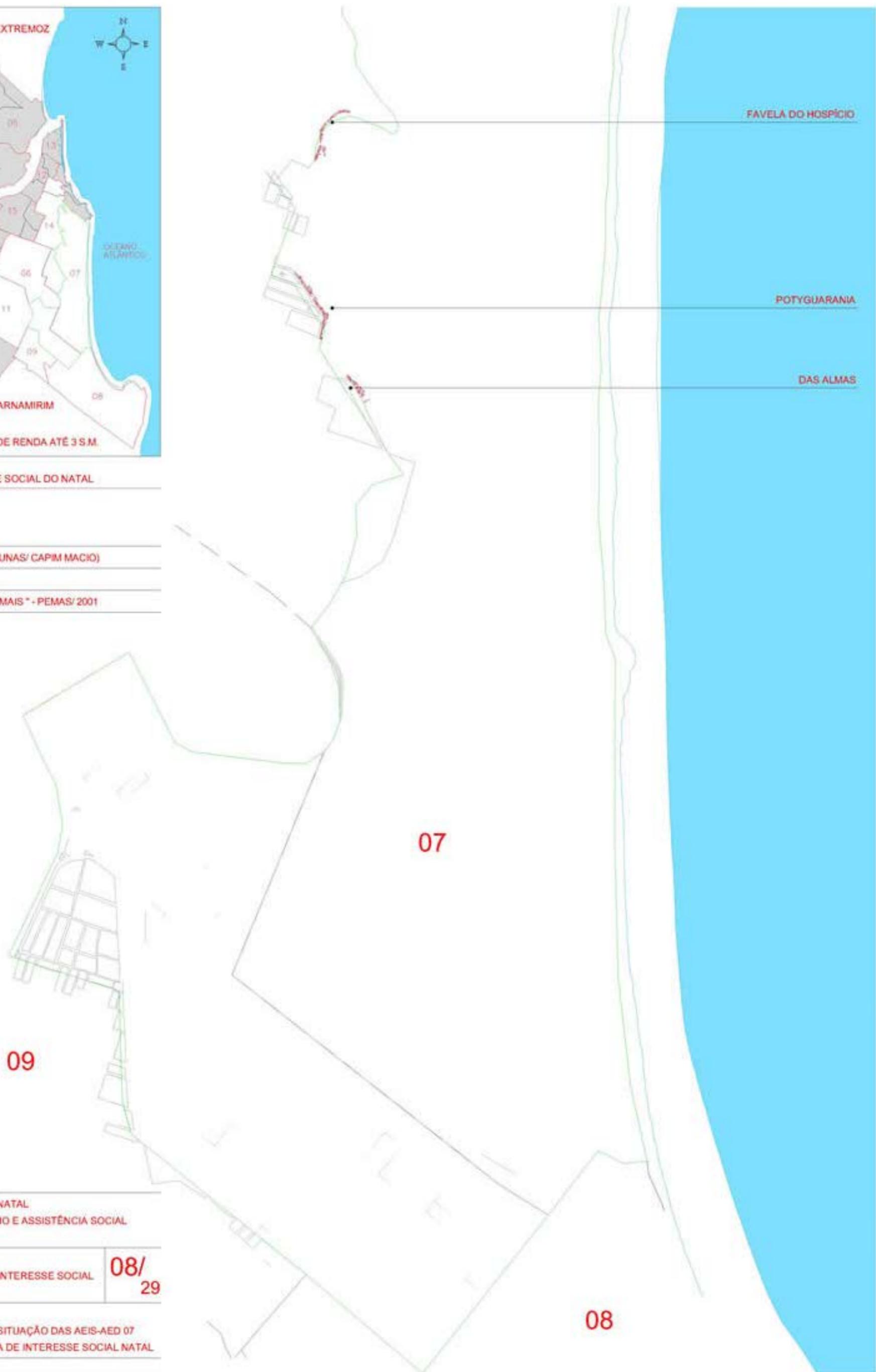
ESCALA: 1/200.000

LEGENDA - ZONA SUL

■ AED 07 (PARQUE DAS DUNAS/ CAPIM MACIO)

— LIMITE DAS AEDS

■ HABITAÇÕES * SUBNORMAIS * - PEMAS/ 2001



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
UFRN/FUNPEC

POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL **08/29**

ESCALA: 1/20.000
1/200.000
DESENHO: PLANTA DE SITUAÇÃO DAS AEIS-AED 07
MIS-MANCHA DE INTERESSE SOCIAL NATAL
DATA: JUL/2005

08



MIS - PREDOMINÂNCIA DE RENDA ATÉ 3 S.M.

MIS - MANCHA DE INTERESSE SOCIAL DO NATAL

ESCALA 1/200.000

LEGENDA - ZONA SUL

- AED 16 (PONTA NEGRA)
- LIMITE DAS AEDS
- HABITAÇÕES " SUBNORMAIS " - PEMAS/ 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
 SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 UFRN/FUNPEC

POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL **09/29**

ESCALA: 1/20.000 DESENHO: PLANTA DE SITUAÇÃO DAS AEIS-AED 08
 1/200.000 MIS-MANCHA DE INTERESSE SOCIAL NATAL
 DATA: JUL/2005



MIS - MANCHA DE INTERESSE SOCIAL DO NATAL

ESCALA 1/200.000

LEGENDA - ZONA SUL

■ AEDS 10 E 11 (PITIMBU/ CANDELÁRIA)

— LIMITE DAS AEDS

■ HABITAÇÕES * SUBNORMAIS * - PEMAS/ 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
UFRN/FUNPEC

POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

10/
29

ESCALA: 1/20.000
DESENHO: PLANTA DE SITUAÇÃO DAS AEIS-AEDS 10/11
1/200.000 MIS-MANCHA DE INTERESSE SOCIAL NATAL
DATA: JUL/2005